



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS



Processo nº 00005.004456/2012-41

Assunto: Apuração de possíveis irregularidades cometidas pela empresa GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA

Senhor Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos,

Trata-se de relatório conclusivo da Comissão instituída pela Portaria nº 725, de 18 de junho de 2013, relativo à análise das peças que instruem os autos para apuração de irregularidades cometidas pela empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA**.

#### I - DO RELATÓRIO

- 1 - Em 20 de abril de 2012 foi realizada licitação, Pregão Eletrônico nº 2/2012, cujo objeto era a prestação de serviços de hospedagem com fornecimento de alimentação para os participantes da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 10 a 15 de julho de 2012.
- 2 - A empresa **CORE SERVICE LTDA**, melhor classificada no certame, foi inabilitada por não ter entregado os documentos de habilitação originais no prazo estipulado no item 14.2 do Edital do Pregão que, conseqüentemente, também acarretou na recusa de sua proposta.
- 3 - Com a inabilitação da empresa **CORE SERVICE LTDA** deu-se prosseguimento ao procedimento licitatório convocando a segunda colocada no certame, ou seja, **GARDEN TURISMO E EVENTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.389.443/0001-65, para enviar sua proposta de preços e seus documentos de habilitação, os quais foram apresentados tempestivamente.
- 4 - Contudo, consta nos autos manifestação da Pregoeira (fls. 2/3) relativa à possível irregularidade no Certificado de Cadastro no Ministério do Turismo, nº 07.012855.80.0001-0, validade de 14/04/2011 a 14/04/2013 (fl. 4), apresentado pela empresa **GARDEN TURISMO E**





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS



**EVENTOS LTDA** com o objetivo de atender ao disposto no item 12.2.4, "b", do instrumento convocatório e ser habilitada.

5 - Foram realizadas diligências para verificar a autenticidade do Certificado de Cadastro no Ministério do Turismo nº 07.012855.80.0001-0.

6 - Inicialmente foi efetuada consulta ao site do Cadastur, no qual se verificou que não havia correspondência entre o Certificado apresentado pela empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** e as informações nele obtidas.

7 - Em outra diligência, a Pregoeira contatou a Secretaria de Turismo do Distrito Federal - SETUR, para relatar a ocorrência e solicitar o envio dos certificados existentes naquele órgão expedidos em favor da empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA**. Foram apresentados à Pregoeira os Certificados nº 07.012855.10.0001-3 e nº 07.012855.80.0001-0, ambos com validade para o período de 14/04/2010 a 14/04/2012 (fls. 6/7).

8 - Em mensagens eletrônicas trocadas entre a Pregoeira e servidores da Secretaria de Turismo - SETUR, o órgão distrital ratificou a inexistência de informações sobre a empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** no sistema e esclareceu, ainda, que o cadastro não foi renovado e que a autenticação é feita no próprio sistema (fls. 8/9).

9 - Para dar prosseguimento ao processo licitatório, a empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** foi inabilitada por não atender ao item 12.2.4, "b", do instrumento convocatório (fls. 11).

10 - A Pregoeira, por meio de mensagem eletrônica (fl. 89), encaminhou à empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** cópia do certificado nº 07.012855.80.0001-0 obtido por meio do Ministério do Turismo e solicitou o documento original que estaria em sua posse, vez que não foi possível autenticar o então apresentado eletronicamente. Em resposta, a empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** alega que foi à SETUR para verificar o acontecido;





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS



que fora informada que não seria possível a atualização do Certificado devido à mudança de endereço; que a mudança de endereço já tivera sido efetuada no Governo do Distrito Federal e solicitada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; que, em no máximo 7 (sete) dias, o Certificado (Cadastur) poderia ser visualizado no Cadastur e que o documento para cadastro já se encontrava em poder da SETUR e estariam aguardando somente a liberação da mudança de endereço do CNPJ. Solicita, ao final, a aceitação da documentação apresentada e a adjudicação em favor da empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** (fl. 89).

11 - Foram os autos encaminhados ao gabinete do Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos, para conhecimento e providências.

12 - Por meio de mensagem eletrônica, foram encaminhados ao Diretor de Cadastramento e Fiscalização da SETUR os Certificados apresentados pela empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA**, para que esse apreciasse seu conteúdo e confirmasse a autenticidade. Em resposta, o Diretor encaminhou os Certificados expedidos a favor da empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** e solicitou que o órgão fosse notificado formalmente dos acontecimentos que envolvam essa empresa, para que se possa iniciar processo apuratório (fls. 90/96).

13 - Em 28 de setembro de 2012, como diligência, a Pregoeira foi consultada pelo Chefe de Gabinete com o objetivo de obter maiores informações sobre o modo de recebimento do Certificado, conferência de sua autenticidade e manifestação da empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** em relação à sua inabilitação (fls. 97/99).

14 - Por meio do Ofício nº 421/2013 – SGPDH/SDH/PR, fls. 108/109, a Secretaria de Turismo do Distrito Federal foi instada a se manifestar formalmente a respeito do Certificado apresentado pela empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA**. Em resposta, por meio do Ofício nº 399/2013 – SETUR, fls. 115/123, o órgão distrital informou que solicitou informações à Coordenação Geral do Ministério do Turismo; que foi enviada por aquela Coordenação Relatório de





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS



trâmites efetuados no sistema em relação à empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA**; que não consta nenhum trâmite relativo ao certificado questionado quanto à autenticidade; que não resta dúvida da falsificação do Certificado de Cadastro apresentado pela empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** e que serão adotadas providências junto ao Ministério do Turismo com a instauração de processo apurativo. Por fim, o órgão solicitou ser informado a respeito das providências adotadas no âmbito da SDH/PR.

15 - Por meio do Ofício nº 422/2013 – SGPDH/SDH/PR (fl. 110), a empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** foi notificada sobre a instauração de Processo de Apuração de Infração Administrativa e sobre o prazo para exercer seu direito à defesa prévia e contraditório. Tempestivamente, por meio de seu advogado, Dr. André Santa Rita Pereira, OAB/DF nº 23.732, procuração constante à fl. 114, a empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** obteve vista aos autos e apresentou sua defesa prévia por escrito, informando que: 1) o documento em questão é autêntico, pois foi emitido pelo Ministério do Turismo; 2) o que de fato ocorreu foi uma adulteração no seu prazo de validade, perpetrada por ex-colaborador da empresa no intuito de obter vantagem pessoal indevida, vez que parte de sua remuneração advém de comissões por êxito em processos licitatórios; 3) o intuito era de, também, ocultar sua falha por não ter adotado providências tempestivas visando revalidar o certificado; 4) que a empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** não compactua com atitudes da espécie; 5) logo que souberam, providenciaram o desligamento do colaborador da empresa; 6) que não adotou medidas judiciais na esfera criminal para não prejudicar a manutenção da família do ex-colaborador; 7) que está convicta de que adotou as providências sancionadoras para os fatos; 8) que a empresa não se beneficiou da adulteração do documento; 9) que está regularmente cadastrada junto ao Ministério do Turismo, conforme comprova o Certificado nº 07.012855.80.0001.0 (fl. 113); e, 10) requer que sejam os autos arquivados, tendo em vista que não participou e nem obteve qualquer proveito decorrente do fato analisado.

16 - Este é o relatório.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS



## II - DA ANÁLISE

17 - Sabe-se que o edital é o instrumento por meio do qual a Administração torna pública a realização de uma licitação, ou seja, onde são fixados os requisitos para participação, definido o objeto e as condições básicas do contrato, além de convidar a todos os interessados para apresentarem suas propostas. A sua principal função é estabelecer as regras do procedimento licitatório, as quais são de observância obrigatória, tanto pela Administração quanto pelos licitantes. Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro, o que nele estiver contido deve ser rigorosamente cumprido.

18 - Sendo assim, no Edital do Pregão Eletrônico nº 2/2012, item 12.2.4, alínea "b", é obrigatório ao licitante vencedor apresentar, em atendimento às exigências de habilitação, "Certificado de Cadastro no Ministério do Turismo para a atividade, nos termos da Lei nº 11.771/2008, regulamentada pelo Decreto nº 7.381/2010".

19 - O Certificado de Cadastro no Ministério do Turismo, em comento, está previsto no art. 22 da Lei nº 11.771/2008, *in verbis*:

*Art. 22. Os prestadores de serviços turísticos estão obrigados ao cadastro no Ministério do Turismo, na forma e nas condições fixadas nesta Lei e na sua regulamentação.*

*§ 1º As filiais são igualmente sujeitas ao cadastro no Ministério do Turismo, exceto no caso de estande de serviço de agências de turismo instalado em local destinado a abrigar evento de caráter temporário e cujo funcionamento se restrinja ao período de sua realização.*

*§ 2º O Ministério do Turismo expedirá certificado para cada cadastro deferido, inclusive de filiais, correspondente ao objeto das atividades turísticas a serem exercidas.*

*§ 3º Somente poderão prestar serviços de turismo a terceiros, ou intermediá-los, os prestadores de serviços turísticos referidos neste artigo quando devidamente cadastrados no Ministério do Turismo.*

*§ 4º O cadastro terá validade de 2 (dois) anos, contados da data de emissão do certificado.*

*§ 5º O disposto neste artigo não se aplica aos serviços de transporte aéreo.*





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS



- 20 - O Certificado é documento oficial expedido pela Secretaria de Turismo do Distrito Federal, por meio de sistema do Ministério do Turismo, cuja verificação de autenticidade pode ser feita pelo site [www.cadastur.turismo.gov.br](http://www.cadastur.turismo.gov.br), bastando, para tanto, o fornecimento do nome da empresa e uma rápida navegação. No caso em tela, o certificado foi enviado por meio eletrônico à Pregoeira e sua verificação de sua autenticidade se deu por meio da comparação entre o arquivo enviado pela empresa e a tela/arquivo constante no referido site.
- 21- A divergência entre a data de validade do Certificado apresentado pela empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** e àquela constante no Certificado consultado pelo site [www.cadastur.turismo.gov.br](http://www.cadastur.turismo.gov.br) caracteriza que uma das duas informações não é verdadeira. Em princípio, o órgão certificador é o detentor da informação correta, salvo se este declarar o cometimento de erro humano ou tecnológico do sistema, o que não é o caso.
- 22 - Inicialmente, a incorreção da informação não é produto de equívoco humano ou tecnológico por parte do site [www.cadastur.turismo.gov.br](http://www.cadastur.turismo.gov.br), uma vez que os certificados do sistema Cadastur são gerados por meio de arquivo com extensão “.pdf”, que não permite edição accidental. Para que esses cadastros sejam alterados, vários procedimentos de edição do documento eletrônico devem ser adotados. Assim, afasta-se a tese de que a adulteração possa ter ocorrido de forma accidental.
- 23 - Ressalta-se, ainda, que a própria Carta de Defesa Prévia, fls. 111/113, notícia que:
- Na verdade, o documento em questão é autêntico, pois foi emitido pelo Ministério do Turismo. O que de fato ocorreu foi adulteração no seu prazo de validade, perpetrada por ex-colaborador da **GARDEN**, no intuito de obter vantagem pessoal indevida, já que parte preponderante da remuneração por ele auferida era derivada de comissionamentos decorrente de êxito em procedimentos licitatórios, bem como ocultar sua falha por não ter adotado providências tempestivas visando revalidar o certificado (grifo nosso).*
- 24 - A adulteração documental relatada na defesa prévia da empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** tinha por objetivo torná-la hábil à adjudicação do serviço





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS



licitado, visto que a não apresentação do Certificado de Cadastro no Ministério do Turismo ou sua apresentação com o prazo de validade expirado acarretaria na sua inabilitação.

25 - Verifica-se, com base na Defesa Prévia apresentada (fls. 111/113), que a empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** apresentou um Certificado falso com vistas a prosseguir no certame, mesmo sabendo que as informações que estavam sendo prestadas não eram verdadeiras, o que configura, na opinião desta Comissão, o dolo da ação.

26 - Para a conduta da empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA**, o item 24 - DAS SANÇÕES, do Edital dispõe:

*24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.405, de 2005, a licitante/adjudicatária que:*

*(...)*

*24.1.2. Apresentar documentação falsa;*

*(...)*

*24.1.5. Comporta-se de modo inidôneo;*

*(...)*

*24.2. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:*

*(...)*

*24.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;*

*(...)*

*24.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.*





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS



*24.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.*

*(...)*

*24.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.*

27 - Na esfera criminal, a conduta da empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** é a tipificada no art. 297 do Código Penal - Falsificação de Documento Público, que, no caso em tela, se deu com a alteração da data de validade do Certificado do Cadastro do Ministério do Turismo preexistente e verdadeiro.

### III - DA JUSTIFICATIVA

28 - A presente licitação é regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as condições e exigências estabelecidas no **Edital** e seus anexos.

29 - Ante a expressa previsão editalícia de que o descumprimento do Edital enseja a aplicação da penalidade de impedimento de contratar e licitar com a União, conforme consta no subitem 24.2.2, do Edital do Pregão Eletrônico nº 2/2012 e,

30 - No tocante à Defesa Prévia apresentada pela empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA.**, informamos que, após análise minudente, verificou-se que não foi comprovada a existência de nenhum fato novo suficiente para afastar a aplicação da pena de suspensão ao direito de licitar e contratar com a Administração, com o consequente descredenciamento da empresa junto ao SICAF, conforme previsto no item 15.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 017/2005, diante da conduta extremamente reprovável e gravosa da referida empresa.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS



IV - DA PROPOSTA DE DECISÃO

31 - Considerando que a empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** foi regularmente notificada sobre a instauração de Processo de Apuração de Infração Administrativa e prazo para exercer seu direito à Defesa Prévia e ao Contraditório e, assim o fez, conforme consta às fls. 111/113;

32 - Considerando como fato atenuante a empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** ter reconhecido que um ex-colaborador adulterou o prazo de validade do Certificado do Cadastro do Ministério do Turismo;

33 - Considerando todos os documentos constantes do **Processo nº 00005.004456/2012-41**, entendemos que:

I - Conforme disposto no item 24.6 do instrumento convocatório em referência, o Recurso Administrativo (Defesa-Prévia) apresentado pela empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA**, deve ser INDEFERIDO.

II - Justifica-se o indeferimento, em função da conduta da licitante e com fundamento no princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, a aplicação da sanção prevista no art. 87, inciso III, da Lei n.º 8.666/93, qual seja, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos definidos pelo art. 40, inciso III, e §1º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2/2010, consoante o Acórdão nº 3.439/2012 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

34 - À consideração superior.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS



Brasília/DF, 02 de abril de 2014.

CASSIANO DE SOUZA ALVES  
Chefe de Gabinete

1 - Nos termos do § 4º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, pelo princípio do duplo grau de apreciação recursal, no exercício de suas funções institucionais, este Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos vem manifestar-se acerca da pretensão constante dos autos do Processo acima referido, nos seguintes termos:

**I - DA ANÁLISE**

- 2 - Considerando todos os documentos constantes do Processo nº 00005.004456/2012-41;
- 3 - Considerando os fatos e fundamentos contidos no Relatório Conclusivo da Comissão instituída pela Portaria nº 725, de 18 de junho de 2013;
- 4 - E conforme defesa prévia apresentada pela empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA.**;
- 5 - Decido:





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS



II - DA DECISÃO

6 - INDEFIRO, conforme disposto no item 24.6 do instrumento convocatório, o Recurso Administrativo (Defesa-Prévia) apresentado pela empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA**.

7 - Acato a proposta da Comissão instituída pela Portaria nº 725, de 18 de junho de 2013, e **APLICO** a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos definidos pelo art. 40, inciso III, e §1º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2/2010, consoante o Acórdão nº 3.439/2012 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

8 - Oficie-se a empresa **GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA** comunicando a aplicação da penalidade pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com fundamento no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal, que assegura o contraditório e a ampla defesa nos processos e atos administrativos, concedendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a referida empresa se manifeste nos autos do Processo Administrativo nº 00005.004456/2012-41, caso queira, anexando cópia do presente termo.

Brasília/DF, 02 de abril de 2014.

  
**GLEISSON CARDOSO RUBIN**  
Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos

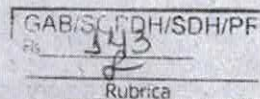








Presidência da República  
Secretaria de Direitos Humanos  
Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos  
Assessoria de Gabinete



Processo nº 00005.004456/2013-41

Brasília, 28 de maio de 2014.

Ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos

Assunto: **Análise técnica**

Senhor Chefe de Gabinete,

1. Em atendimento à solicitação de análise e emissão de relatório, conforme demandado à fl. 142 destes autos, após leitura do presente processo replica-se aqui a conclusão obtida pela Comissão instituída nesta Secretaria pela Portaria nº 725/2013, às fls. 124-133, de que a empresa Garden Turismo e Eventos Ltda. incorreu em tentativa de fraude no Pregão Eletrônico nº 02/2012 por meio da falsificação de um documento público.

2. Haja vista que o intento de fraudar o procedimento licitatório é punível pelas normas enumeradas no item 24.1 do Edital do certame em questão, e que a contrafação de documento público é uma conduta criminal tipificada pelo artigo 297 do Código Penal, a sanção a ser aplicada à referida empresa por esse duplo delito não deve ser branda, mas exemplar. Não obstante, é um agravante à conduta da empresa o fato de que a mesma é bastante experiente na participação de licitações, auferindo nos últimos anos aproximadamente 6 milhões de reais em receitas por serviços prestados junto a diversos órgãos públicos, como se pode verificar no quadro abaixo:

Ano	Recursos públicos recebidos pela Garden Turismo e Eventos Ltda. – ME (07.389.443/0001-65)
2008	R\$ 95.900,00
2009	R\$ 3.352,00
2010	R\$ 583.455,87
2011	R\$ 1.462.346,23
2012	R\$ 2.968.083,21
2013	R\$ 805.320,08
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.918.457,39</b>

Fonte: [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)



3. Ainda que pese positivamente em prol da empresa a assunção dos delitos anteriormente mencionados (como consta do recurso administrativo às fls. 137-141), o pedido pelo abrandamento da própria punição em face do princípio da razoabilidade merece ser indeferido, por ser tal pessoa jurídica assaz habituada a prestar serviços ao poder público por meio de procedimentos licitatórios.

4. Ressalte-se que este parecer se atém estritamente ao que consta dos presentes autos, e sem que a apreciação desta matéria implique na vinculação de qualquer eventual providência às conclusões desta análise técnica. Este parecer opinativo se adstringe às competências do subscritor, expostas no Art. 3, VI, da Lei 12.094/2012.

Respeitosamente,

  
**GABRIEL ZERBETTO VERA**  
Analista Técnico de Políticas Sociais





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS

Processo nº 00005.004456/2012-41

Assunto: aplicação de penalidade

Senhor Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos,

1. Trata o presente processo de aplicação de penalidade à empresa GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA, em função de ter apresentado documentação falsa durante sua participação no Pregão Eletrônico nº 2/2012.
2. Verifica-se nos autos que foi concedido à empresa o direito ao exercício da defesa prévia e do contraditório, que foi por ela exercido conforme se verifica às fls. 111/112.
3. Tendo sido promulgada a decisão de aplicação de penalidade (fls. 124/135), foi consignado à empresa o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para recorrer da decisão.
4. Recurso dirigido à autoridade que aplicou a penalidade foi apresentado pela empresa em 15/04/2014, do qual não foi possível atestar a tempestividade em função da inexistência do Aviso de Recebimento do Ofício nº 198/2014 – SGPDH/SDH/PR, de 02/04/2014, que encaminhou a decisão de aplicação da penalidade.
5. Não obstante, após análise do contido no documento de fls. 136/141, recurso administrativo ofertado pela empresa, verificou-se que não foram trazidos aos autos novos fatos ou informações que ensejassem revisão da penalidade aplicada. No referido documento, a empresa ateve-se a replicar o contido no instrumento de defesa prévia. Ressalta a empresa que dever-se-á considerar, na aplicação da penalidade, a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade, fazendo remissão ao item 24.7 do edital convocatório.
6. Registre-se que a empresa novamente reconhece a adulteração do documento que ensejou a aplicação da penalidade e informa que adotou providências imediatas para solucionar o problema. No entanto, se verifica nos autos qual foi a providência adotada e tampouco a sua comprovação.
7. No que tange à dosimetria, entende esta comissão que a penalidade aplicada está adequada à infração cometida, uma vez que, conforme se extrai da manifestação técnica às fls. 143/144, a empresa possui uma extensa relação de contratos com a Administração Pública, o que lhe aufere experiência e conhecimento em licitações públicas, inclusive quanto aos sanções decorrentes de utilização de documentação falsa. Fraudar licitação pública é crime tipificado no Código Penal, o que, por si só, explica a gravidade da conduta.
8. Nesse sentido, encaminhamos o autos à Vossa Senhoria, para decisão quanto ao recurso apresentado sugerindo que dele seja conhecido para, no mérito, julgá-lo improcedente.

Brasília, de junho de 2014.

Cassiano de Souza Alves  
Chefe de Gabinete  
SGPDH/SDH/PR  
Sape: 1870947

THAMARÁ KYTH  
Coordenadora-Geral  
SGPDH/SDH/PR  
Mat: Siapex-3506472

Joyciane Aquino da Costa  
Chefe de Divisão  
CGC/SGPDH/SDH/PR





GAB/SGPDH/SDH/PP
Fis. 145
Rubrica

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS

Processo nº 00005.004456/2012-41

Assunto: aplicação de penalidade

DECISÃO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO

1. Acolho a manifestação da comissão instituída por meio da Portaria nº 725, de 18/6/2013, para analisar o processo de aplicação de penalidade em face de GARDEN TURISMO E EVENTOS (fls. \_\_\_\_\_).
2. Em que pese a impossibilidade de verificar a tempestividade, conheço o RECURSO ADMINISTRATIVO impetrado pela empresa em comento para, no mérito, negar-lhe provimento.
3. Encaminhem-se os autos à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, para providências quanto ao registro da penalidade no SICAF e à sua publicação no Diário Oficial da União, conforme decisão proferida às fls. 124/134.
4. Extraia-se cópia, na íntegra, do presente procedimento e encaminhe-se à Procuradoria da República no Distrito Federal, para conhecimento e adoção das providências julgar necessárias.
5. Encaminhe-se cópia da citada decisão à Secretaria de Turismo do Distrito Federal, conforme solicitação contida às fls. 115/118).

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

  
GLEISSON CARDOSO RUBIN  
Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos





Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG  
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Fornecedor: 07.389.443/0001-65 - GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA - ME

Situação: Cadastrado

UASG: COGRL/MF - COORDENACAO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS / MF

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III

UASG: SEDH/PR - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS/PR

Motivo: Prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos, documentação ou declaração falsa, dentre outros

Prazo: 2 Anos

Órgão/Entidade Sancionador: PRESIDENCIA DA REPUBLICA

Data Inicial: 02/04/2014

Data Final: 01/04/2016

Número do Processo: 00005004456201241

Número do Contrato:

Descrição/Justificativa:

Apresentação de documentação adulterada com o objetivo de frustrar os objetivos da licitação.

Emitido em: 04/06/2014 às 17:55:05

CPF: 003.081.041-88 Nome: LUIZ HUMBERTO GOMES DE OLIVEIRA



Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 05/06/2014 16:23:52  
**Origem:** Secretaria de Direitos Humanos  
**Operador:** LUIZ HUMBERTO GOMES DE OLIVEIRA  
**Ofício:** 3041417  
**Data prevista de publicação:** 06/06/2014  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 3  
**Forma de pagamento:** Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
7086771	PUBLICAÇÃO INCON - AVISO DE PENALIDADE-GARDEN TURISMO.rtf	7284d1724be21b90 95e9c9ef94084fac	4,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>4,00</b>	<b>R\$ 121,48</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>4,00</b>	<b>R\$ 121,48</b>





Nº 107, sexta-feira, 6 de junho de 2014

## Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

3



Espécie: Prorrogação de Ofício Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 78794/2013. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Unidade Gestora: 200021, Gestor: 00001. Conveniente: SECRETARIA DA MULHER, CNPJ nº 09.601.781/0001-44. P.I.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 111.120,00. Valor de Contrapartida: R\$ 11.120,00. Vigência: 19/12/2013 a 25/11/2014. Data de Assinatura: 04/06/2014. Assina: PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - PRESID DA REPÚBLICA / LOURDES MARIA BANDEIRA - MINISTRA DE ESTADO INTERINA DA SECRETARIA DE POLÍTICA.

(SICONV(PORTAL) - 05/06/2014)

Espécie: Prorrogação de Ofício Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 79381/2013. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Unidade Gestora: 200021, Gestor: 00001. Conveniente: MUNICIPIO DE CONTAGEM, CNPJ nº 18.715.508/0001-31. P.I.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 643.881,89. Valor de Contrapartida: R\$ 51.768,69. Vigência: 12/12/2013 a 25/05/2016. Data de Assinatura: 05/06/2014. Assina: PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - PRESID DA REPÚBLICA / LOURDES MARIA BANDEIRA - MINISTRA DE ESTADO INTERINA DA SECRETARIA DE POLÍTICA.

(SICONV(PORTAL) - 05/06/2014)

Espécie: Prorrogação de Ofício Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 79524/2013. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Unidade Gestora: 200021, Gestor: 00001. Conveniente: CEARA MIRIM PREFEITURA, CNPJ nº 08.004.061/0001-39. P.I.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 300.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 9.000,00. Vigência: 20/12/2013 a 25/05/2016. Data de Assinatura: 29/05/2014. Assina: PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - PRESID DA REPÚBLICA / LOURDES MARIA BANDEIRA - MINISTRA DE ESTADO INTERINA DA SECRETARIA DE POLÍTICA.

(SICONV(PORTAL) - 05/06/2014)

Espécie: Prorrogação de Ofício Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 79874/2013. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Unidade Gestora: 200021, Gestor: 00001. Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA, CNPJ nº 23.066.640/0001-08. P.I.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 105.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 5.000,00. Vigência: 30/12/2013 a 26/05/2016. Data de Assinatura: 30/05/2014. Assina: PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - PRESID DA REPÚBLICA / LOURDES MARIA BANDEIRA - MINISTRA DE ESTADO INTERINA DA SECRETARIA DE POLÍTICA.

(SICONV(PORTAL) - 05/06/2014)

Espécie: Prorrogação de Ofício Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 79945/2013. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Unidade Gestora: 200021, Gestor: 00001. Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA, CNPJ nº 23.066.640/0001-08. P.I.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 105.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 5.000,00. Vigência: 30/12/2013 a 25/11/2015. Data de Assinatura: 30/05/2014. Assina: PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - PRESID DA REPÚBLICA / LOURDES MARIA BANDEIRA - MINISTRA DE ESTADO INTERINA DA SECRETARIA DE POLÍTICA.

(SICONV(PORTAL) - 05/06/2014)

### SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014

Processo nº 00005.001658/2013-11. Contratante: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, CNPJ nº 05.478.625/0001-87. Contratada: COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, CNPJ nº 00.082.024/0001-37. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 7/2013. Fundamento: Lei nº 8.566/93. Orientação Normativa AGU nº 36, de 13 de dezembro de 2011 e demais normas que regem a matéria. Vigência: prazo indeterminado, a partir de 13/05/2014. Valor estimado anual: R\$ 21.224,15 (vinte e um mil, duzentos e vinte e quatro reais e quinze centavos). Data da Assinatura: 09/05/2014.

EDITAL Nº 6, DE 4 DE JUNHO DE 2014

O Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) e a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado preliminar da seleção de projetos que auxiliem o desempenho da missão institucional do CNDI, em conformidade com as diretrizes contidas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), voltadas à promoção, proteção e à defesa dos direitos da pessoa idosa, objeto do Edital de Chamada Pública nº 03/2014 - CNDI/SDH/PR, publicado no site da SDH/PR, em 08 de abril de 2014, resolvem divulgar, na forma do presente instrumento, as propostas selecionadas para concessão de apoio financeiro e as propostas julgadas inabilitadas (contendo complete: www.cndi.gov.br)

IDELI SALVATTI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/visualizar/true>, pelo código 0003201406060003

### AVISO DE PENALIDADE

Processo nº 00005.004456/2012-41.

A SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SDH/PR, CNPJ nº 05.478.625/0001-87, comunica a aplicação, em 02/04/2014, da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SDH/PR, pelo prazo de 2 (dois) anos, à empresa GARDEN TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.389.443/0001-65, com fulcro no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93. O processo encontra-se com vistas franqueadas, conforme determina a legislação em vigor.

GLEISSON CARDOSO RUBIN

Secretário

### RETIFICAÇÃO

No Extrato do Convênio nº 008/2013, publicado no Diário Oficial da União de 26/05/2014, Seção 3, página 2, onde se lê: "Nº Processo: 00008004079201379", leia-se: "Nº Processo: 00008004079201309".

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A

#### EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Termo Aditivo nº 01 ao Contrato de Seguro de Vida em Grupo EBC/COORD-CMN nº 0030/2013. Contratante: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC. Contratada: Mapfre Afinity Seguradora S/A. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original. Dos Recursos Orçamentários para prorrogação: Programa de Trabalho: 24122210120000001 (Administração da Unidade). Elemento de Despesa: 339039 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Nota de Empenho: 2014NE000638. Data de Emissão: 18/02/2014. Valor: R\$ 23.526,36. Assinatura: 02/06/2014. Processo nº 1359/2012.

Espécie: Termo Aditivo nº 04 ao Contrato de Gravação do Número de Registro Patrimonial em Bens Móveis de Pequeno Porte EBC/COORD-CMN nº 0052/2010. Contratante: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC. Contratada: Rel Pontão Bordados e Confecções Ltda. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original e discriminar os dados do empenho do exercício financeiro de 2014. Dos Recursos Orçamentários para prorrogação: Dados dos Empenhos: Programa de Trabalho: 24122210120000001 (Administração da Unidade). Elemento de Despesa: 330939 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Nota de Empenho: 2014NE0001188. Emissão: 08/04/2014. Valor: R\$ 12.900,00. Data de Empenho do Exercício de 2014: Programa de Trabalho: 24122210120000001 (Administração da Unidade). Elemento de Despesa: 330939 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Nota de Empenho: 2014NE000289. Emissão: 24/01/2014. Valor: R\$ 2.151,00. Vigência: 06/07/2014 a 06/07/2015. Assinatura: 03/06/2014. Processo: 3283/2009.

Espécie: Termo Aditivo nº 01 ao Contrato EBC/DUOR/CONTRATO Nº 1043/2013. Contratante: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC. Contratada: Cristiano Lopes da Silva. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original. Do Valor: R\$ 16.728,00. Dos Recursos Orçamentários para prorrogação: Dados do Empenho: Programa de Trabalho: 24122210120000001 (Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação). Elemento de Despesa: 339036 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física). Nota de Empenho: 2014NE001139. Emissão: 04/04/2014. Valor: R\$ 16.728,00. Vigência: 10/04/2014 a 10/10/2014. Assinatura: 10/04/2014. Processo: 2755/2013.

Espécie: Termo Aditivo nº 01 ao Contrato EBC/DUOR/CONTRATO Nº 1061/2013. Contratante: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC. Contratada: Marcelo Veríssimo Moraes da Silva. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original. Do Valor: R\$ 16.728,00. Dos Recursos Orçamentários para prorrogação: Dados do Empenho: Programa de Trabalho: 24122210120000001 (Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação). Elemento de Despesa: 339036 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física). Nota de Empenho: 2014NE001132. Emissão: 03/04/2014. Valor: R\$ 16.728,00. Vigência: 13/05/2014 a 13/11/2014. Assinatura: 13/05/2014. Processo: 3188/2013.

Espécie: Termo Aditivo nº 03 ao Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica EBC/COORD-CMN nº 0013/2011. Contratante: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC. Contratada: CEB Distribuição S/A. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original e discriminar os dados da Nota de Empenho do Exercício de 2014. Dos Recursos orçamentários para prorrogação: Programa de Trabalho: 24.122.2101.2000.0001 (Administração da Unidade). Elemento de Despesa: 339039 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Nota de Empenho: 2014NE000821. Emissão: 10/03/2014. Valor: R\$ 30.000,00. Dos Recursos Orçamentários de 2014: Programa de Trabalho: 24.122.2101.2000.0001 (Administração da Unidade). Elemento de Despesa: 339039 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Nota de Empenho: 2014NE000159. Emissão: 17/01/2014. Valor: R\$ 49.000,00. Vigência: início em 10/06/2014 e término em 09/06/2015. Assinatura: 03/06/2014. Processo: 0239/2011.

Espécie: Termo Aditivo nº 03 ao Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica EBC/COORD-CMN nº 0012/2011. Contratante: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC. Contratada: CEB Distribuição S/A. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original. Dos Recursos orçamentários para prorrogação: Programa de Trabalho: 24.122.2101.2000.0001 (Fortalecimento do Sistema Público de Ra-

diodifusão e Comunicação). Elemento de Despesa: 339039 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Nota de Empenho: 2014NE000213. Emissão: 21/01/2014. Valor: R\$ 108.300,00. Vigência: início em 28/04/2014 e término em 27/04/2015. Assinatura: 28/04/2014. Processo: 0240/2011.

### AVISO DE LICENÇA

Espécie: Carta de Anúncio nº 001/2014/Gerência de Negócios e Captação. Contratante: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC. Contratada: Palmares Produções e Jornalismo Ltda. Objeto: Carta de anúncio para licenciamento da série "1958: o ano em que o mundo descobriu o Brasil" a Canal Brasil S.A. através da Palmares Produções e Jornalismo Ltda. Valor Global: R\$ 40.000,00. Assinatura: 29/05/2014. Processo: 0950/2014.

ROSÂNGELA SOARES RIBEIRO

Gerente de Licitações, Contratos e Parcerias

### SECRETARIA DE IMPRENSA

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2014 UASG 118574

Nº Processo: 00170002476201356. DISPENSA Nº 1/2014. Contratante: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CNPJ Contratado: 09168704000142. Contratado: EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A - EBC. Objeto: Prestação de serviços broadcast, para captação em HD, gravação e distribuição de conteúdos de áudio e vídeo, disponibilização de sinal em segmento especial (satélite), e coordenação técnica para acompanhamento da montagem e estruturação do Centro Aberto de Mídia do Poder Executivo Federal na sede do Mundo da FIPA Brasil 2014. Fundamento Legal: LEI Nº 8.666/1993. Vigência: 03/06/2014 a 01/08/2014. Valor Total: R\$23.736.159,48. Fonte: 100000000 - 2014NE000010. Data de Assinatura: 03/06/2014.

(SICON - 05/06/2014) 110001-00001-2014NE000020

### SECRETARIA DE PORTOS

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO: 50300.001914/2013-02. ESPÉCIE: Termo Aditivo. INSTRUMENTO: Contrato de Adesão nº 004/2013. CONCEDENTE: Secretaria de Portos da Presidência da República - SEPPR. CNPJ/MF nº 08.555.874/0001-32. INTERVENIENTE: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, CNPJ/MF nº 04.903.587/0001-08. AUTORIZADA: SAPEM DO BRASIL, SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ/MF nº 03.101.651/0001-91. OBJETO: aditar o Contrato de Adesão nº 004/2013, para aditar a Subcláusula Segunda da Cláusula Primeira que passa a ter o seguinte teor: "A área formada para exploração da Instalação Portuária corresponde a 339.227,20 m², em terreno de propriedade da União e aforado para AUTORIZADA, que detém o direito de uso e fruição para a finalidade deste contrato, compreendendo inclusive as melhorias que integram as respectivas instalações. A estrutura de apoio no terminal terá novo pier com 02 berços, mais 2 em 3, com extensão respectiva de 130m e 172m, totalizando, juntamente com o mais 1.589 metros para receber embarcações supply-boat, FDS 1, FDS 2, Castorone, S3000 e S7000, com comprimento de até 290 metros." E aditar à Subcláusula Primeira da Cláusula Quarta que passa a ter o seguinte teor: "A presente autorização compreende a movimentação de carga geral (dados submarinos, materiais para fabricação de equipamentos off-shore e apoio marítimo), conforme declarado pela AUTORIZADA, destinadas e provenientes de transporte aquaviário". DATA DA ASSINATURA: 05/06/2014.

### AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SAF-ANTAQ/Nº 040/2014. INSTRUMENTO: 4º TADI-CONT-SAF-ANTAQ/Nº 16/2010. CONTRATANTE: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, CNPJ/MF nº 04.903.587/0001-08 e ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 03.372.304/0001-78. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato por 12 meses, no período de 11/05/2014 a 11/05/2015. VALOR TOTAL: R\$ 72.855,72 (setenta e dois mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e dois centavos). CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Atividade 26.122.2101.2000.0001 - Administração da Unidade - Nacional, Natureza de Despesa 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. UNIDADE GESTORA: 682010. GESTÃO: 68201. DATA DA ASSINATURA: 09/05/2014. PROCESSO: 50300.000290/2010-65.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.260-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



DESPACHO Nº 233/2014 – CGLIC/SGPDH/SDH/PR

Processo: 00005.004456/2012-41

Interessado: Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR

Assunto: Apuração.

À Coordenação Geral de Licitações e Contratos,

Informamos o cumprimento das providências afetas a essa Coordenação Geral e determinadas pelo Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos no item 3 (três) da decisão de folhas 145, ou seja, o registro da penalidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (parágrafo único do art. 28 do Decreto n.º 5.450/05) e a publicação da sanção em meio oficial.

2. Cumpre-nos destacar que as determinações contidas nos itens 4 (quatro) e 5 (cinco) da decisão citada pendem de cumprimento.

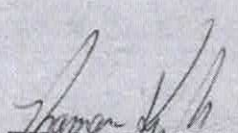
Brasília/DF, 06 de junho de 2014.

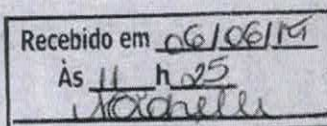
  
**LUIZ HUMBERTO G DE OLIVEIRA**  
Chefe de Serviço

De acordo.

Encaminhem-se à Chefia de Gabinete da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos para conhecimento e demais providências.

Brasília/DF, 06 de junho de 2014.

  
**THAMARA KYTH**  
Coordenadora Geral de Licitações e Contratos



*Os autos ficaram no  
cab. SGPDH/SDH para  
futuras consultas.*  
**Cassiano de Souza Alves**  
Chefe de Gabinete  
SGPDH/SDH/PR  
Siape: 1870947



**Assunto:** ENC: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Ofício nº 107/2014 - Pregão Eletrônico nº 086/2014

**De:** Thamara Kyth <thamara.kyth@sdh.gov.br> [+] [x]

**Data:** 12/12/2014 11:53:34

**Destinatário:** "guilherme.paiva@planalto.gov.br" <guilherme.paiva@planalto.gov.br>

**Cc:** Cassiano de Souza Alves <cassiano.alves@sdh.gov.br> [...]

Prezado Guilherme,

De ordem, encaminho e-mail contendo a manifestação da licitação.

Gentileza acusar recebimento.

Att.

Thamara

Favor encaminhar diretamente ao Guilherme o solicitado.

Grato.

**Cassiano de Souza Alves**

Chefe de Gabinete da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

☎ + 55 (61) 2025.3318 / 2025.3776

✉ [cassiano.alves@sdh.gov.br](mailto:cassiano.alves@sdh.gov.br)

síto: [www.direitoshumanos.gov.br](http://www.direitoshumanos.gov.br)

**De:** Guilherme Paiva Silva [<mailto:guilherme.paiva@planalto.gov.br>]

**Enviada em:** sexta-feira, 12 de dezembro de 2014 11:18

**Para:** Cassiano de Souza Alves

**Assunto:** Re: RES: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Ofício nº 107/2014 - Pregão Eletrônico nº 086/2014

Prezado Sr. Cassiano

Bom dia!

Não conseguimos abrir o arquivo "Part 2" a respeito da manifestação da área de licitação.

Poderia fazer a gentileza de reenviar o referido arquivo?

Agradeço pelas contribuições realizadas.

Att,

Guilherme Silva

Pregoeiro/PR

Em 11/12/2014 18:59:01, Cassiano de Souza Alves escreveu:

Prezado Guilherme, segue, em anexo, a manifestação da área de licitação.

Quanto à documentação, cópia do processo pode ser retirada neste Gabinete da SGPDH/SDH/PR, amanhã, a partir das 9h, com a Recepcionista Michelle.

Att.,

**Cassiano de Souza Alves**

Chefe de Gabinete da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República



+ 55 (61) 2025.3318 / 2025.3776  
✉ [cassiano.alves@sdh.gov.br](mailto:cassiano.alves@sdh.gov.br)  
sítio: [www.direitoshumanos.gov.br](http://www.direitoshumanos.gov.br)

**Thamara Kyth**

Coordenadora Geral

Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

☎ + 55 61 2025.7869

✉ [thamara.kyth@sdh.gov.br](mailto:thamara.kyth@sdh.gov.br)sítio: [www.direitoshumanos.gov.br](http://www.direitoshumanos.gov.br) Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade e compromisso com o MEIO AMBIENTE**De:** Thamara Kyth**Enviada em:** quarta-feira, 10 de dezembro de 2014 19:52**Para:** Cassiano de Souza Alves**Cc:** Sandra Martins Victor**Assunto:** RES: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Ofício nº 107/2014 - Pregão Eletrônico nº 086/2014

Prezado Cassiano,

Conforme solicitado no e-mail abaixo, quanto à abrangência da penalidade, esclarecemos que a Secretaria de Direitos Humanos (UASG 200016), após regular processo administrativo (nº 00005.004456/2012-41), aplicou penalidade à empresa Garden Turismo e Eventos Ltda., de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar **no âmbito da SDH/PR**, conforme é possível verificar no extrato de publicação, Seção 3 do DOU do dia 06 de junho de 2014.

Contudo, o registro de penalidades no SICAF, assemelha-se ao preenchimento de um formulário, onde os campos são previamente definidos pelo SIASNET - COMPRASNET.

No ato do registro deve-se definir o órgão/entidade sancionadora no campo indicado pelo referido sistema. Todavia, o sistema oferta automaticamente apenas a opção "20101 – Presidência da República", o que ocasionou o registro da referida penalidade no âmbito da Presidência da República.

Com o intuito de solucionar a questão, esta SDH/PR procedeu consulta ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 25.11.2014, solicitando as correções nas declarações, emitidas pelo SICAF, tendo em vista a aparente falha sistêmica, que não prevê os registros de penalidades para as UASGs vinculadas à Presidência da República, onde, até a presente data, não obtivemos resposta.

Esses são os esclarecimentos os quais submetemos a Vossa Senhoria.

Atenciosamente.

**Thamara Kyth**

Coordenadora Geral

Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

☎ + 55 61 2025.7869

✉ [thamara.kyth@sdh.gov.br](mailto:thamara.kyth@sdh.gov.br)sítio: [www.direitoshumanos.gov.br](http://www.direitoshumanos.gov.br)